

## **Desempenho fiscal do Governo Federal em setembro de 2025**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- De acordo com os dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as contas do Governo Central (que englobam Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram um déficit de R\$ 14,5 bilhões em setembro de 2025, representando uma alta de 166,6% relativamente ao mesmo mês do ano passado, quando o déficit foi de R\$ 5,2 bilhões. Nesse mês, o Tesouro Nacional registrou um superávit de R\$ 6,5 bilhões e o Banco Central um déficit de R\$ 88 milhões. A Previdência Social, por sua vez, apresentou um déficit primário R\$ 20,9 bilhões. Esse resultado de setembro foi melhor do que o obtido em agosto último, quando o déficit chegou a R\$ 15,6 bilhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2025, observou-se um déficit de R\$ 100,4 bilhões, com um recuo de 9,1% frente ao déficit de R\$ 103,6 bilhões observado no mesmo período de 2024. Relativamente ao Produto Interno Bruto-PIB, o Governo teve um déficit primário acumulado de 1,07%, inferior ao observado no mesmo período do ano passado (1,2%).
- A despesa total, ao evoluir em ritmo superior ao crescimento das receitas, foi responsável pelo déficit de setembro de 2025. De fato, enquanto a receita líquida atingiu R\$ 172,4 bilhões, alta real de 0,6%, as despesas totais somaram R\$ 186,9 bilhões, representando um aumento real de 5,7%. Esse aumento nas receitas foi influenciado, principalmente, pelo aumento real de 11,9% da arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social-RGPS, em função da melhora no mercado de trabalho, que repercutiu na arrecadação previdenciária, bem como da expansão dos recolhimentos do Imposto sobre Operações Financeiras-IOF (+R\$ 2,3 bilhões) e do Imposto de Renda Retido na Fonte-IRRF (+R\$ 4,6 bilhões). Por outro lado, houve queda real na arrecadação de diversos itens das receitas sob administração da RFB, destacando-se a retração no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI-Outros (-R\$ 3,3 bilhões) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (-R\$ 5,0 bilhões).
- Quanto às despesas, houve um crescimento de R\$ 10,2 bilhões, em setembro, puxado pela expansão dos gastos discricionários, principalmente aqueles direcionados para a área de Saúde (R\$ 4,1 bilhões), bem como os gastos com Abono e Seguro Desemprego, que tiveram aumento de R\$ 767,1 milhões. No acumulado até setembro, as despesas totais apresentaram um crescimento de 8,2%, com um adicional de gastos de R\$ 18,8 bilhões relativamente ao mesmo período de 2024. As rubricas que mais contribuíram para essa expansão dos gastos foram os Benefícios Previdenciários (+R\$ 31,0 bilhões) e Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 8,9 bilhões), ambas refletindo o aumento do número de beneficiários e a política de reajuste do salário-mínimo, e Pessoal e Encargos Sociais (+R\$ 10,9 bilhões), que esteve relacionada com o impacto financeiro dos reajustes concedidos aos servidores civis do Poder Executivo.
- Por sua vez, a receita líquida, no período de janeiro a setembro de 2025, registrou um avanço real de 3,5%, alcançando R\$ 1.686,3 bilhões, superando o crescimento das despesas, de 2,8%, que atingiram o montante de R\$ 1.787,0 bilhões. Com esse resultado, o Governo Central apresentou um déficit primário de R\$ 100,4 bilhões, abaixo do observado no mesmo período de 2024 (-R\$ 103,6 bilhões).
- Vale ressaltar que a meta do Governo Federal é zerar o déficit das contas públicas. As regras estabelecidas pelo arcabouço fiscal permitem o governo ter um déficit de até 0,25% do PIB, o equivalente a R\$ 31 bilhões, sem que o objetivo seja formalmente descumprido. Mas esse resultado de setembro de 2025 traz um alerta pelo aumento frente a setembro do ano anterior, quando o déficit registrado foi de R\$ 5,4 bilhões, o que reflete um quadro fiscal caracterizado pelo aumento real das despesas primárias (5,7%), baixo crescimento da receita líquida (0,6%) e pressão adicional de despesas relacionadas com precatórios e políticas de reajuste de salário-mínimo e benefícios previdenciários.
- Com relação ao setor público consolidado, o resultado primário foi deficitário em R\$ 17,5 bilhões em setembro deste ano, abaixo do obtido no mesmo mês do ano passado

(R\$ 21,4 bilhões). O Governo Central e os governos estaduais registraram saldo negativo de, respectivamente, R\$ 14,9 bilhões e R\$ 5,3 bilhões, enquanto os governos municipais e as empresas estatais tiveram superávit de R\$ 2,7 bilhões. No acumulado do ano, o setor público consolidado acumulou déficit primário de R\$ 79,2 bilhões, ou 0,84% do PIB, abaixo do observado no mesmo período de 2024 (R\$ 93,6 bilhões). A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 78,1% do PIB (R\$ 9,7 trilhões), em setembro de 2025, aumentando 0,6 p.p. em relação ao mês anterior.

**Comentário:** O Governo Central (que engloba Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou um déficit de R\$ 14,5 bilhões em setembro de 2025. O Tesouro Nacional registrou um superávit de R\$ 6,5 bilhões e o Banco Central um déficit de R\$ 88 milhões. A Previdência Social, por sua vez, apresentou um déficit primário R\$ 20,9 bilhões. Esse resultado de setembro foi ligeiramente melhor do que o obtido em agosto último, quando o déficit chegou a R\$ 15,6 bilhões. A dívida bruta do governo geral (DBGG), que compreende o Governo Federal, o INSS e os governos estaduais e municipais, atingiu 78,1% do PIB (R\$ 9,7 trilhões), em setembro de 2025, aumentando 0,6 p.p. em relação ao mês anterior. Para o Fundo Monetário Internacional, cuja metodologia de cálculo da dívida considera os títulos públicos na carteira do BC, o endividamento brasileiro está acima desse nível, chegando a 90,5% do PIB.

Tabela 1 - Resultado do Tesouro Nacional - Janeiro-Setembro de 2025 (Milhões correntes)

| Discriminação                                          | Janeiro-Setembro |                 | Variação<br>(2025/2024) |                     | Setembro      |                | Variação<br>(2025/2024) |                     |
|--------------------------------------------------------|------------------|-----------------|-------------------------|---------------------|---------------|----------------|-------------------------|---------------------|
|                                                        | 2024             | 2025            | %<br>Nominal            | %<br>Real<br>(IPCA) | 2024          | 2025           | %<br>Nominal            | %<br>Real<br>(IPCA) |
| Receita Total                                          | 1.926.578        | 2.103.617       | 9,2%                    | 3,8%                | 200.301       | 216.369        | 8,0%                    | 2,7%                |
| Transf. por<br>repartição de<br>receita                | 378.194          | 417.342         | 10,4%                   | 4,9%                | 37.447        | 44.000         | 17,5%                   | 11,7%               |
| Receita Líquida (1-<br>2)                              | 1.548.384        | 1.686.275       | 8,9%                    | 3,5%                | 162.854       | 172.369        | 5,8%                    | 0,6%                |
| Despesa Total                                          | 1.651.957        | 1.786.660       | 8,2%                    | 2,8%                | 168.025       | 186.866        | 11,2%                   | 5,7%                |
| <b>Resultado<br/>Primário Gov.<br/>Central (3 - 4)</b> | <b>-103.573</b>  | <b>-100.385</b> | <b>-3,1%</b>            | <b>-9,1%</b>        | <b>-5.170</b> | <b>-14.497</b> | <b>180,4%</b>           | <b>166,6%</b>       |
| Tesouro Nacional                                       | 163.189          | 186.406         | 14,2%                   | 9,1%                | 21.318        | 6.500          | -69,5%                  | -71,0%              |
| Banco Central                                          | -941             | -523            | -44,5%                  | -47,3%              | -241          | -88            | -63,6%                  | -65,4%              |
| Previdência<br>Social (RGPS)                           | -265.821         | -286.268        | 7,7%                    | 2,3%                | -26.248       | -20.910        | -20,3%                  | -24,3%              |
| Resultado<br>Primário/PIB                              | -1,20%           | -1,07%          | -                       | -                   | -0,52%        | -1,37%         | -                       | -                   |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Setembro -2024/2025 - Valores a preços de setembro/25 - IPCA – R\$ milhões

| Discriminação                                       | Setembro          |                   | Variação         |                  |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
|                                                     | 2024              | 2025              | Diferença        | % Real<br>(IPCA) |
| <b>RECEITA TOTAL</b>                                | <b>210.661,30</b> | <b>216.368,80</b> | <b>5.707,50</b>  | <b>2,7%</b>      |
| <b>Receita Administrada pela RFB</b>                | <b>138.717,40</b> | <b>137.297,60</b> | <b>-1.419,80</b> | <b>-1,0%</b>     |
| Imposto de Importação                               | 7.545,60          | 7.688,50          | 142,90           | 1,9%             |
| IPI                                                 | 10.028,80         | 7.871,80          | -2.157,00        | -21,5%           |
| Imposto sobre a Renda                               | 53.770,70         | 53.336,40         | -434,3           | -0,8%            |
| IOF                                                 | 6.382,20          | 8.633,80          | 2.251,60         | 35,3%            |
| COFINS                                              | 35.342,60         | 35.248,30         | -94,3            | -0,3%            |
| PIS/PASEP                                           | 9.577,00          | 9.423,20          | -153,8           | -1,6%            |
| CSLL                                                | 8.744,80          | 8.117,80          | -627             | -7,2%            |
| CIDE Combustíveis                                   | 272,8             | 243,8             | -28,9            | -10,6%           |
| Outras Receitas Administradas pela RFB              | 7.052,80          | 6.733,90          | -318,9           | -4,5%            |
| Arrecadação Líquida para o RGPS                     | 51.772,50         | 57.956,10         | 6.183,60         | 11,9%            |
| <b>Receitas Não Administradas pela RFB</b>          | <b>20.171,40</b>  | <b>21.115,10</b>  | <b>943,7</b>     | <b>4,7%</b>      |
| Concessões e Permissões                             | 208,8             | 407,5             | 198,7            | 95,2%            |
| Dividendos e Participações                          | 2.756,10          | 1.758,60          | -997,5           | -36,2%           |
| Contr. Plano de Seguridade Social do<br>Servidor    | 1.466,50          | 1.521,70          | 55,2             | 3,8%             |
| Exploração de Recursos Naturais                     | 7.656,60          | 7.606,00          | -50,6            | -0,7%            |
| Receitas Próprias e de Convênios                    | 1.926,40          | 2.087,20          | 160,8            | 8,3%             |
| Contribuição do Salário Educação                    | 2.611,80          | 2.950,70          | 338,9            | 13,0%            |
| Demais Receitas                                     | 3.545,10          | 4.783,30          | 1.238,20         | 34,9%            |
| <b>TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE<br/>RECEITA</b> | <b>39.383,80</b>  | <b>43.999,80</b>  | <b>4.616,00</b>  | <b>11,7%</b>     |
| <b>RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>                 | <b>171.277,60</b> | <b>172.369,00</b> | <b>1.091,50</b>  | <b>0,6%</b>      |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - Resultado do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. Setembro -2024/2025 - Valores a preços de Setembro/25 - IPCA – R\$ milhões

| Discriminação                                                  | SETEMBRO  |           | Variação  |               |
|----------------------------------------------------------------|-----------|-----------|-----------|---------------|
|                                                                | 2024      | 2025      | Diferença | % Real (IPCA) |
| <b>DESPESA TOTAL</b>                                           | 176.715,3 | 186.866,2 | 10.150,9  | 5,7%          |
| <b>Benefícios Previdenciários</b>                              | 79.378,4  | 78.865,7  | -512,7    | -0,6%         |
| d/q Sentenças Judiciais e Precatórios                          | 5.435,8   | 2.090,2   | -3.345,6  | -61,5%        |
| <b>Pessoal e Encargos Sociais</b>                              | 30.258,7  | 30.746,3  | 487,5     | 1,6%          |
| d/q Sentenças Judiciais e Precatórios                          | 841,6     | 346,9     | -494,7    | -58,8%        |
| <b>Outras Despesas Obrigatórias</b>                            | 24.595,1  | 25.077,4  | 482,4     | 2,0%          |
| Abono e Seguro Desemprego                                      | 3.982,8   | 4.749,9   | 767,1     | 19,3%         |
| <b>Apoio Financeiro a Estados e Municípios</b>                 | 0,0       | 136,3     | 136,3     | -             |
| <b>Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV</b>          | 10.104,9  | 10.693,8  | 588,9     | 5,8%          |
| <b>Créditos Extraordinários</b>                                | 817,3     | 747,8     | -69,5     | -8,5%         |
| <b>Fundeb - Complementação da União</b>                        | 4.249,6   | 4.210,2   | -39,3     | -0,9%         |
| Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)             | 1.642,9   | 1.603,3   | -39,6     | -2,4%         |
| Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020          | 349,3     | 332,1     | -17,2     | -4,9%         |
| <b>Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)</b>   | 1.332,2   | 418,8     | -913,3    | -68,6%        |
| Subsídios, Subvenções e Proagro                                | 1.078,4   | 1.200,6   | 122,2     | 11,3%         |
| Impacto Primário do FIES                                       | 148,5     | 210,1     | 61,5      | 41,4%         |
| Demais                                                         | 889,1     | 774,6     | -114,5    | -12,9%        |
| <b>Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.</b> | 42.483,1  | 52.176,8  | 9.693,7   | 22,8%         |
| <b>Obrigatórias com Controle de Fluxo</b>                      | 31.962,6  | 31.043,7  | -919,0    | -2,9%         |
| <b>Discricionárias</b>                                         | 10.520,5  | 21.133,2  | 10.612,7  | 100,9%        |

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tabela 4 – Necessidades de financiamento do setor público (Fluxos acumulados no ano) - Janeiro-Setembro/2025 - R\$ milhões

| Discriminação         | Janeiro-Setembro |             |                |             | Fluxos Mensais |               |                |
|-----------------------|------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|---------------|----------------|
|                       | 2024             | % do PIB    | 2025           | % do PIB    | Julho          | Agosto        | Setembro       |
| <b>Nominal</b>        | <b>743 844</b>   | <b>8,59</b> | <b>763 914</b> | <b>8,13</b> | <b>175 576</b> | <b>91 516</b> | <b>102 185</b> |
| Governo Central(1)    | 684 420          | 7,90        | 703 511        | 7,48        | 155 681        | 80 726        | 88 609         |
| Governos estaduais    | 29 753           | 0,34        | 49 137         | 0,52        | 14 800         | 9 389         | 14 900         |
| Governos municipais   | 18 655           | 0,22        | 497            | 0,01        | 2 525          | 970           | - 813          |
| Empresas estatais(2)  | 11 017           | 0,13        | 10 768         | 0,11        | 2 570          | 431           | - 511          |
| <b>Juros nominais</b> | <b>650 283</b>   | <b>7,51</b> | <b>684 670</b> | <b>7,28</b> | <b>109 009</b> | <b>74 261</b> | <b>84 732</b>  |
| Governo Central(1)    | 578 859          | 6,68        | 603 950        | 6,42        | 99 320         | 64 792        | 73 665         |
| Governos estaduais    | 61 976           | 0,72        | 69 868         | 0,74        | 8 254          | 8 128         | 9 630          |
| Governos municipais   | 5 837            | 0,07        | 7 379          | 0,08        | 923            | 916           | 953            |
| Empresas estatais(2)  | 3 612            | 0,04        | 3 473          | 0,04        | 512            | 425           | 485            |
| <b>Primário</b>       | <b>93 561</b>    | <b>1,08</b> | <b>79 244</b>  | <b>0,84</b> | <b>66 566</b>  | <b>17 255</b> | <b>17 452</b>  |
| Governo Central       | 105 561          | 1,22        | 99 562         | 1,06        | 56 361         | 15 934        | 14 944         |
| Governos estaduais    | -32 223          | -0,37       | -20 731        | -0,22       | 6 546          | 1 261         | 5 269          |
| Governos municipais   | 12 818           | 0,15        | -6 882         | -0,07       | 1 602          | 54            | -1 765         |
| Empresas estatais(2)  | 7 405            | 0,09        | 7 295          | 0,08        | 2 058          | 6             | - 996          |
| PIB acumulado no ano* | 8 664 343        | -           | 9 401 736      | -           |                |               |                |

Fonte: BACEN

(1) Inclui INSS.

(2) Exclui as empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras.

\* Dados preliminares.

(+) déficit (-) superávit

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesxandro Apolinário Xavier.

**Aviso Legal:** O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte